

Acordo livra 440 de pagar taxa de marinha

Moradores da região de Bento Ferreira que era de empresa de ferrovias na década de 1940 não precisarão pagar tarifa até o final deste ano

ANA ELIZA OLIVEIRA

Um acordo entre a Procuradoria Geral do Estado (PGE) e a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) no Espírito Santo vai livrar cerca de 440 imóveis em Bento Ferreira da cobrança da taxa de marinha.

A suspensão das taxas, com previsão para durar até o final do ano, vai beneficiar os moradores que residem na área que pertencia à Leopoldina Railway Company, antiga empresa de ferrovias.

Toda a área que hoje é considerada terreno de marinha foi adquirida pelo Estado junto à empresa, em 1949, e revendida depois.

Porém, a cobrança da taxa de marinha passa por um impasse, pois a União não reconhece que o Estado comprou o domínio pleno da área, de cerca 770 mil m².

“Quando a transação foi realizada, a União entendeu que foi vendido apenas o direito útil da propriedade, o direito de ocupar a área. Por isso, são emitidas as taxas de marinha”, explicou o superintendente da SPU no Espírito Santo, Magno Pires.

Segundo a subprocuradora-geral para assuntos administrativos da PGE Luciana Vieira, o acordo firmado com a SPU suspende a emissão dos boletos da área que pertencia à Leopoldina Railway.

“Foi um acordo verbal, pelo qual a SPU se comprometeu a suspender a emissão dos boletos até o final do ano”, ressaltou.

Para o presidente da Comissão



BENTO Ferreira: em acordo verbal, SPU se comprometeu a parar cobrança

Especial das Taxas sobre Terrenos de Marinha da Assembleia Legislativa, o deputado estadual Luciano Rezende, a cobrança é indevida e representa danos sociais:

“Há vários anos, a tarifa prejudica muitas famílias pobres que não têm como pagar as taxas. Apoio a suspensão da cobrança em todo o bairro Bento Ferreira e também no

restante do Estado.”

Visando buscar uma solução para o impasse, a PGE vai encaminhar na semana que vem um documento para análise da Câmara de Conciliação na Advocacia Geral da União (AGU), em Brasília.

A comissão leva em conta não só aspectos jurídicos do impasse, mas também sociais.